

Mulheres cobram condições humanizadas na hora de dar a luz

Assunto:

REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA



Na tarde desta quarta-feira (30/5), o Seminário Redução da Mortalidade Materna debateu a assistência humanizada como estratégia na prevenção da mortalidade, bem como avanços e desafios. Ao final do encontro, foram elaboradas, pela vereadora Neusinha Santos (PT) e representantes de entidades na área médica, de enfermagem, PBH, membros de ONGs e de Grupos de Apoio, propostas como a realização de audiência pública com maternidades privadas e públicas e encaminhamento de uma Carta de Intenções ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

“As mulheres optam por cesárias, pois têm pavor do parto normal. Muitas sofrem violência e não têm ao seu lado um acompanhante. Os hospitais também poderiam ter banheiras para aliviar sua dor, como no Sofia Feldman, que possui cinco?”, relatou a coordenadora do Ishtar Grupo de Apoio ao Parto do Princípio Parto do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa, Carolina Giovannini.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Cristiano da Mata Machado, a sociedade tem uma visão errada sobre a forma de tratar o parto e falta comunicação. “Precisa haver uma comunicação em rede, entre a comissão perinatal, a Secretaria Municipal e Câmara Municipal de Belo Horizonte, para discutir as evidências com a participação da família?”, avaliou.

“Duas mil mulheres morreram no ano passado por parto ou puerpério e, até agora, este ano, já morreram mil. Aplicação de fórceps, excesso de toque e cesária sem indicação precisa são alguns dos problemas enfrentados na hora do parto”, declarou Cleise Soares, da ONG Bem Nascer e jornalista do Hospital Sofia Feldman. Ela ressaltou que o risco de mortalidade aumenta em cesárias. Uma das ações da ONG é apresentar a estudantes da área de Saúde, enfermeiros da UFMG e da PUC-Minas, e da área de Jornalismo, a experiência vivida por essas mulheres, antes que eles cheguem ao mercado de trabalho.

De acordo com o coordenador da Atenção à Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, Virgílio Queiroz, o Hospital Sofia Feldman é o que realiza menos cesárias em Belo Horizonte, disponibilizando de 90 a 95% de leitos de obstetrícia. “Além disso, 80% dos partos são conduzidos por enfermeiras obstetras”, disse. Virgílio informou, ainda, que as principais causas de mortalidade são a má qualidade da assistência pré-natal e da assistência ao parto e puerpério.

Rede Cegonha

Segundo Rosa Maria Câmara, da Rede Cegonha, a rede é um programa do Ministério da Saúde, lançado em 2011, com o objetivo de garantir os direitos de atenção humanizados durante o pré-natal, parto, nascimento, puerpério e atenção infantil, de 0 a 24 meses, em todos os serviços do SUS.

“O ministério tem recursos direcionados aos serviços que assumirem esse compromisso, os quais terão que cumprir 32 indicadores, 12 deles inegociáveis, como o direito a acompanhante”, explicou.

Avanços e desafios

Para a vice-presidente da Associação de Obstetras e Enfermeiros Obstetras de Minas Gerais, Torcata Amorim, é preciso investir na residência em Enfermagem Obstétrica em todo o país, pois o número de profissionais é insuficiente.

Já segundo Cláudia Navarro, do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, as causas de morte são, basicamente, hemorragia e hipertensão e falta conhecimento técnico em cidades do interior, onde cursos precisam ser ofertados. “A função do CRM é fiscalizar a prática da Medicina pelos médicos e as condições em que a Medicina é exercida, junto à Secretaria Municipal de Saúde, principalmente no que se refere ao óbito materno e perinatal”, completou.

Encaminhamentos

Ao final do encontro, ficou acertada a realização de audiência pública com a participação de maternidades privadas e públicas e de assistência à saúde; a realização de seminários regionais de assistência reprodutiva da mulher, com foco na mortalidade materna; e o encaminhamento de Carta de Intenções ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna em BH. O resultado do seminário também será encaminhado ao Ministério da Saúde e Secretarias Municipais e aos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS). Os participantes sugeriram, ainda, a elaboração de leis para melhoria da condição da assistência à mulher e à criança.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quarta-Feira, 30 Maio, 2012 - 00:00
